ANGELO ANTONIO PICOLO

NATUREZA E LIMITES
DO PLANO DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS
(ASPECTOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS)

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito Comercial, sob a orientação da Professora Doutora Vera Helena de Mello Franco.

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

SÃO PAULO

2012

Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Gláucia Lucia Trovão Titos, pelo apoio sempre constante. A ela, meu amor e gratidão.

Aos meus pais, Célia e Durvalino Pícolo, pelo incentivo irrestrito que, com compreensão e paciência, souberam apoiar meu trabalho.

À minha orientadora Professora Doutora Vera Helena de Mello Franco, que, com seus profícuos conhecimentos de direito falimentar, ensinou-me, a busca incessante para atingir conclusões próprias e coerentes.

Aos professores Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa e Paulo Salvador Frontini pelos comentários e críticas recebidos durante o exame de qualificação.

Aos demais familiares e amigos.

RESUMO

O trabalho tem por objetivo à análise jurídica do plano de recuperação e suas consequências práticas, questionando até que ponto o objetivo de um acordo imposto será alcançado, tendo em vista os diferentes interesses em jogo. A primeira parte é dedicada ao exame das disciplinas da recuperação, traçando um histórico evolutivo deste instrumento a partir da concordata. Neste ponto, são apresentadas as teorias quanto a sua natureza jurídica. A segunda parte, por sua vez, aponta breves considerações de como o direito alienígena disciplina a recuperação. Na terceira parte, o trabalho analisa a recuperação como jogo estratégico, pois existem riscos inerentes a sua execução. Isso porque, do ponto de vista econômico, o plano de recuperação, por ser contrato incompleto, impõe riscos, por portar variáveis não previstas, como por exemplo, a mudança de política econômica ou a crise financeira mundial. Assim sendo, o trabalho analisa as possibilidades de renegociação dos termos do plano, bem como as soluções que podem ser usadas quando da incompletude. Neste sentido, analisa os mecanismos da arbitragem, da governança corporativa e da cláusula *hardship*, além dos princípios da boa-fé objetiva, função social do contrato, função social da empresa e teoria da imprevisão. Como a recuperação judicial e extrajudicial representam meios de reestruturação que beneficiam a coletividade de interessados: estando de um lado o devedor que pretende obter prazos para o cumprimento de suas obrigações; de outro lado os credores que visualizam uma forma de obter seus créditos, ainda existem outros (credores) que poderão discordar da proposta. Para sanar esta possibilidade (do credor buscar a solução individual de seus interesses em contraposição àqueles coletivos dos credores) a Lei 11.101/05 criou a modalidade impositiva, na qual se impõe aos dissidentes o acordo dos que aderiram voluntariamente. Por este motivo, há divergências quanto à natureza jurídica do plano de recuperação. Neste sentido, a quarta parte do trabalho traz considerações quanto a natureza jurídica dos planos de recuperação judicial e extrajudicial.

Palavras chaves: Recuperação Judicial, Extrajudicial, Falência, Custos de Transação, Informação, Credores, Devedor, Boa-fé, Imprevisão, Função Social.

ABSTRACT

The aim of this work is assess the legal analysis of a judicial recovery plan and its practical consequences, questioning to what extent the objective of an agreement will be reached if come into force, given the different interests at stake. The first part deals with the consideration of the disciplines of recovery, tracing the evolutionary history of this instrument from a point of “*concordata*”. At this point, theories as to their legal nature are presented. The second part, in turn, brings brief considerations of how the foreign laws discipline the recovery. In the third part, the paper examines the recovery as a strategic game, since there are risks inherent in its execution. From an economic point of view, these risks arise from an incomplete contract carrying unforeseen variables, for instance, the change in the economic policy as well as the world wide financial crisis. So, the paper analyzes the possibilities of renegotiating the terms of the plan, as well as solutions that can be used when the incompleteness. In this sense, analyzing the mechanisms of arbitration, corporate governance and the hardship clause, in addition to the principles of objective good faith, the contract’s social function, the company's social function and theory of unpredictability. As the judicial and extrajudicial’s recovery represents means of restructuring, which benefits the collective of the people involved: on one side the debtor who wishes to obtain deadlines for compliance with its obligations, on the other side creditors who see a way to get their credits back, and also there are others (creditors) who may disagree with the proposal. To address this possibility (the creditor seeking the solution of his individual interests as opposed to those collective interests of creditors) Law 11.101/05 created the imposing form, which is imposed on dissidents, the agreement of those who joined voluntarily. For this reason, there are differences of opinion about the legal nature of the recovery plan. In this sense, the fourth part of the work brings the legal considerations in plans and extra-judicial recovery.

Key words: Judicial and Extrajudicial Recovery, Bankruptcy, Transaction Costs, Information, Creditors, Debtors, Good faith, Unpredictability, Social Function.

INTRODUÇÃO

A partir da Lei 11.101/05 o instituto da concordata foi suprimido pelos institutos da recuperação judicial e extrajudicial, estas o objeto do presente estudo.

A recuperação judicial tem lugar em Juízo e o plano apresentado pelo devedor poderá prever diferentes modos ou meios de recuperação judicial, conforme artigo 50 da LRE. O plano será apresentado e submetido à aprovação de todas as classes de credores como descrito na norma do seu artigo 45.

Dois são os tipos de recuperação extrajudicial. A convencional, que vincula apenas os credores signatários nos termos do quanto contratado. E a impositiva, sujeitando seus efeitos a todos os credores, inclusive àqueles que se recusaram a aceitar, desde que aprovado por credores representantes de mais de 3/5 dos créditos de cada espécie. Nesta, apesar da obrigatoriedade, os credores têm o direito de impugnar o plano, conforme autorizado pelo artigo 164 da LRE, desde que observado o disposto no seu § 3º.

Tal exigência gerou questionamentos quanto à natureza jurídica da recuperação extrajudicial.

Analisando a doutrina atual, sob o ponto, nota-se da maioria dos autores, a convicção da natureza contratual da recuperação extrajudicial. Inexiste, todavia, acordo entre todos.

Assim, para Francisco Satiro de Souza Jr. o *plano de recuperação extrajudicial constitui um contrato solene, com caráter de cooperação*¹. Já Rachel Sztajn define-o como *negócio de cooperação, de repactação na divisão dos riscos, que, em alguma medida, se assemelha aos negócios plurilaterais*².

¹ SOUZA JR., Francisco Satiro, *Comentários à Lei de recuperação de empresas e falência: Lei 11.101/2005*, coordenação Francisco Satiro de Souza Junior, Antonio Sérgio A. de Moraes Pitombo. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2005, p. 514.

² SZTAJN, Rachel, *Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência*, coordenação Paulo F.C. Salles de Toledo, Carlos Henrique Abrão. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 418.

Existem ainda aqueles que entendem ser a recuperação extrajudicial procedimento especial de jurisdição voluntária como Paulo Sérgio Restiffe³. Já para Jorge Lobo,⁴ teria a natureza de ato complexo.

Questão semelhante apresentava-se quando da vigência da concordata, com juristas procurando desvendar sua natureza jurídica. Várias teorias foram formuladas, conforme exposto por Rubens Requião⁵, dividindo-as em três grupos: a contratual, a processual e a da obrigação legal.

O Decreto 7.661, de 21 de junho de 1945, pôs fim a tais discussões ao configurar a concordata como concessão do juiz. Com isto firmou-se a convicção da sua natureza processual como ato jurisdicional.

Porém, os meios de recuperação, ao enfatizarem o poder dos credores na concessão do benefício, trazem de volta a indagação sobre a natureza jurídica, tornando-se necessário discutir o caráter contratual ou não das medidas, dado a divergência entre ato negocial ou prestação jurisdicional⁶.

³ RESTIFFE, Paulo Sérgio, *Recuperação de Empresas: de acordo com a Lei 11.101, de 09-02-2005*. Barueri: Manole, 2008. p. 373.

⁴ LOBO, Jorge, *Comentários à lei de recuperação de empresas e falência*. Paulo F.C. Salles de Toledo e Carlos Henrique Abrão (coords.). São Paulo: Saraiva, 2005. p.105.

⁵ REQUIÃO, Rubens, *Curso de Direito Falimentar*. V. 2. *Concordatas, crimes falimentares, intervenção e liquidação extrajudicial*. São Paulo: Saraiva, 1986, p. 9.

⁶ Conforme exposto por Vera Helena de Mello Franco e Rachel Sztajn textualmente: “Em que pese o caráter negocial, o fato do plano tornar-se impositivo para todos, quando aprovado mediante a maioria indicada no art. 163 da LRE, admite a oposição dos credores que não o aceitaram. A possibilidade de imposição dos efeitos do acordo entre o devedor e a maioria absoluta dos credores àqueles que a ele não aderiram, bem como o da impugnação, colocam em dúvida a natureza contratual da recuperação extrajudicial. Indaga-se neste ponto, em que medida é acordo de vontades e até que ponto é prestação jurisdicional.” *In Falência e recuperação da empresa em crise*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008, p. 264.

JUSTIFICATIVA

Apesar da recuperação judicial e extrajudicial representarem meios de reestruturação que beneficia a coletividade, estando de um lado o devedor que pretende obter prazos para o cumprimento de suas obrigações; de outro os credores que visualizam uma forma de obter seus créditos; existem aqueles que poderão discordar da proposta.

A discordância por parte dos credores poderá ocorrer por vários motivos dentre eles: por não sentirem segurança na continuidade das relações; por preocupação com a veracidade das informações apresentadas no plano; ou, simplesmente, por não se beneficiarem individualmente da situação⁷.

Para sanar esta possibilidade (do credor buscar a solução individual de seus interesses em contraposição àquele coletivo dos credores) a Lei 11.101/05 criou a modalidade impositiva, na qual se impõe aos dissidentes, o acordo dos que aderiram voluntariamente.

Porém, como apenas o devedor conhece a exata situação econômico-financeira da empresa, e é o único que pode requerer a homologação do plano acordado, podem surgir problemas em decorrência da sua imposição, posto abrigar interesses, por muitas vezes, heterogêneos.

É por esta contingência, que Vera Helena de Mello Franco e Rachel Sztajn definem a recuperação como jogo estratégico⁸, posto existirem riscos inerentes a sua execução, já que contrato de execução continuada.

Assim sendo, a recuperação porta variáveis não previstas, como por exemplo, a mudança de política econômica, o poder de compra da moeda ou a crise financeira mundial.

⁷ SOUZA JR., Francisco Satiro de, *Comentários à Lei de recuperação de empresas e falência : Lei 11.101/2005*, coordenação Francisco Satiro de Souza Junior, Antonio Sérgio A. de Moraes Pitombo. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2005, p. 516.

⁸ *Idem*, p. 264.

Diante destas e outras variáveis, torna-se necessário questionar: Quem arcará com os riscos do inadimplemento ou de incidentes onerosos não contemplados no plano de recuperação? Como prever todos os eventos futuros que possam alterar o cumprimento do plano ou que venham a incidir na relação entre credores e devedor? Como decidir-se-á caso o devedor não alcance os objetivos traçados em virtude de um fator imprevisível? Será decretada a falência ou será decidido pela permanência da empresa?

Pela dificuldade em vislumbrar todos os riscos e perdas que poderão ocorrer na execução do plano de recuperação apresentado pelo devedor, poder-se-ia dizer ser o plano de recuperação um contrato incompleto, no sentido dos economistas? Se assim for, como prever todos os eventos futuros que alterem ou que venham a incidir nas relações do plano?

Daí a finalidade do presente trabalho. Analisar a natureza jurídica do plano de recuperação e suas consequências práticas, questionando até que ponto o objetivo de um acordo imposto será alcançado, tendo em vista os diferentes interesses em jogo.

Como cada credor irá buscar para si o maior *payoff*, com estratégias que normalmente visam benefícios individuais, e não para o conjunto, o resultado da Assembléia torna-se imprevisível.

Soma-se a isso, o fato dos incentivos aos credores e devedores não estarem claros na lei, o que gera conflitos de interesses entre classes de credores e entre credores da mesma classe com interesses heterogêneos.

E é aí que a aplicação da Teoria de *Law & Economics* se faz importante, permitindo analisar questões como maximização racional das necessidades dos envolvidos; incentivos que balizam o comportamento dos credores e do devedor e a forma como o Juiz deve se colocar quando da aplicação do *cram down*.

Vale lembrar ainda que o sistema da livre manifestação da vontade dos credores, através de *quorum* de votação, como apresentado pela LRE já fora adotado por nossa legislação, sem produzir os resultados desejados.

Com este teor é apreendido da Exposição de Motivos da Lei de Falências anterior, conforme anexo da obra de Valverde⁹: *Segundo o conceito clássico, a formação da concordata depende da livre manifestação da vontade dos credores, através do quorum de votação, reservando-se ao juiz, simplesmente, a homologação do acordo com o devedor. A lei cogita apenas das condições em que a deliberação da maioria obriga a minoria. O sistema, entretanto, não produz os resultados que seriam de desejar. A preponderância da maioria nas deliberações coletivas somente se legitima quando todas as vontades deliberantes se manifestam, tendo em vista o interesse comum que as congregou. Ora, nas concordatas formadas por maioria de votos, os credores deliberam sob a pressão do seu interesse individual, deturpando o sentido coletivo da deliberação, e, pois, tornando ilegítima a sujeição da minoria. E a verdade é que, na vigência desse sistema, se tem verificado a Constancia dessa anomalia, através dos entendimentos externos do processo, o que importa na quebra da igualdade de tratamento dos credores, princípio informativo do processo falimentar.*

⁹ VALVERDE, Trajano de Miranda. *Comentários à lei de falências: (Decreto- Lei n. 7.661, de 21 de junho de 1945)*, v. III. p. 266-267.

CONCLUSÃO

Por meio do trabalho buscou-se analisar a natureza jurídica dos plano de recuperação, e se estes plano de recuperação podem ser considerados contratos incompletos, no sentido dos economistas.

Após análise minuciosa da doutrina, chegou-se a conclusão de ser o plano de recuperação, na visão dos economistas, um contrato incompleto, por, entre outros requisitos, portar variáveis não previstas.

Diante desta característica de incompletude, o trabalho analisou as possibilidades de renegociação do plano de recuperação, bem como soluções que podem ser usadas para diminuir a margem de manobra de condutas estratégicas por parte dos envolvidos (devedor e credores).

Ressaltou que a racionalidade dos envolvidos no processo de recuperação de empresas é limitada, pois as partes não conhecem todas as alternativas, havendo incertezas quanto aos eventos externos e impossibilidade de se calcular todas as consequências possíveis no decorrer de sua execução, aumentando os custos de transação.

Analizou a necessidade de cooperação entre devedor e credores no desenvolvimento do plano de recuperação, ressaltando que as decisões tomadas pelas partes podem e devem se guiar pelos ideais de transparência e boa governança, tornando-se necessário formatar uma sistemática jurídica de controle que acomode o interesse de todos, podendo ser entendida como governança corporativa.

Do ponto de vista econômico, restou demonstrado que a manutenção de empresas inviáveis poderá gerar externalidades como o custo de redução da disponibilidade de capital para outros negócios e a fuga de investidores para mercados mais eficientes.

Quanto à teoria dos jogos, sua aplicação possibilita o desenvolvimento da capacidade de raciocinar estrategicamente, permitindo a análise das

estratégias adotadas pelos credores e pelo devedor, o entendimento da formação de grupos dentro das classes de credores e os motivos das decisões tomadas nas assembleias gerais.

Ligado ao princípio da boa-fé objetiva e por se aplicar aos contratos cuja execução se protai no tempo, o trabalho analisou a possibilidade de se aplicar a improvisação nos planos de recuperação. Embora não haja qualquer menção na doutrina ou lei quanto ao seu uso, a interpretação mais acertada parece ser na direção de sua aplicação.

Para solucionar alguns problemas de incompletude, o trabalho analisou algumas soluções possíveis: a boa-fé objetiva, a cláusula arbitral, a governança corporativa e a cláusula *hardship*.

Desta análise, restou concluído que a boa-fé objetiva deve ser aplicada dentro de uma razoabilidade. As partes devem agir de forma transparente e diligente, e o juiz interpretar as decisões emanadas da assembleia geral de credores de maneira razoável, sem interpretar os princípios da boa-fé ou da função social de forma ampla e irrestrita.

Com relação à cláusula de arbitragem, o plano de recuperação extrajudicial poderá utilizar-se do instrumento para dirimir controvérsias. Através da aplicação das boas práticas de governança corporativa nos planos de recuperação de empresa, as partes poderão se guiar com base em maiores informações.

Em relação à cláusula *hardship*, desde que demonstrado que o não cumprimento do plano de recuperação extrajudicial se deu por motivos extraordinários e que a empresa é viável e eficiente, é possível sua aplicação com o objetivo de resguardar os interesses econômicos e sociais de viabilização da atividade econômica.

O trabalho analisou as estratégias adotadas pelo devedor e credores e o papel do juiz na aplicação da lei através do instrumento do *cram down*, que demonstrou-se insuficiente para superar todos os conflitos existentes.

Diante de sua insuficiência, os juízes devem buscar a interpretação das normas que regulam a recuperação judicial com o intuito de viabilizar a empresa eficiente, que cumpra com sua função social. Se a empresa demonstrar não ser viável, o juiz deverá buscar a satisfação dos credores.

Por último, o trabalho analisou a natureza jurídica da recuperação judicial e extrajudicial, concluindo que ambas possuem características de contrato. A imposição da vontade da maioria sobre o da minoria e a intervenção do judiciário não foram suficientes para retirar dos planos esta característica contratual.

Inclusive, a partir do momento que a recuperação é qualificada como negócio jurídico, torna-se possível submetê-la ao princípio da boa-fé e demais mecanismos ora analisados para suprimir eventuais conflitos e incompletudes que venham a surgir na execução do plano de recuperação da empresa em crise.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Jorge Manuel Coutinho de. *Governança das sociedades comerciais*. 2 ed. Coimbra: Almedina, 2010.
- ÁLVARES, WALTER T. *Direito Falimentar*. Vol. II. 4. ed. rev. atual. São Paulo: Sugestões Literárias S/A, 1971.
- ANDRADE, Darcy Bessone de Oliveira. *Do contrato – Teoria geral*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- ANDRADE, Darcy Bessone de. *Aspectos da evolução da teoria dos contratos*. São Paulo: Editora Saraiva, 1949.
- AKERLOF, George A. *The Market for “Lemons”: Quality Uncertainty and the Market Mechanism*. The Quarterly Journal of Economics, Vol. 84, n. 3 (aug., 1970), pp. 488-550. Disponível em <http://www.jstor.org>
- ASCARELLI, Tullio. *Problemas das sociedades anônimas e direito comparado*. São Paulo: Saraiva & Cia Livraria Acadêmica. 1945.
- AUMANN, Robert J. *Game Theory in the Talmud*. Research bulletin Series on Jewish Law and Economics, 2002.
- ARMOUR, John. CHEFFINS, Brian R. SKELL JR, David A. *Corporate Ownership Structure and the Evolution of Bankruptcy Law: Lesson from the UK*. 2002.
- BAIRD, Douglas G. Rasmussen, Robert K. *The End of Bankruptcy*. John M. Olin Law & Economic Working Paper n. 173. The Law School The University of Chicago. In <http://www.law.uchicago.edu/Lawecon/index.html>
- BANCO MUNDIAL. *Princípios para sistemas efectivos de insolvência y derechos de los acreedores*. Revisado em 21 de dezembro de 2005, disponível em <http://www.worldbank.org>, acesso em novembro de 2009.

- BAROSSA-FILHO, Milton. *As Assembléias de Credores e Plano de Recuperação de Empresas: Uma visão em teoria dos jogos*. In: Revista de Direito Mercantil RDM 137. São Paulo: Malheiros, 2005.
- BATISTA, Carolina S. J; CAMPANA FILHO, Paulo F.; MIYAZAKI, Renata Y.; CERZETTI, Sheila C. N. *A Prevalência da Vontade da Assembléia Geral de Credores em Questão: o Cram Down e a Apreciação Judicial do Plano Aprovado por Todas as Classes*. In: Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, v. 143.
- BEALE, Simon. *Insolvency and Restructuring Manual*. Macfarlanes. Tottel Publishing. 2009.
- BERGER, Dora. *A insolvência no Brasil e na Alemanha*. Sérgio Antonio Fabris Editor. Porto Alegre. 2001.
- BITTAR FILHO, Carlos Alberto. *Teoria da imprevisão – dos poderes do juiz*. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1994.
- BULGARELLI, Waldírio. *A reforma da Lei das Falências e Concordatas*. In: Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro n. 85. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992, p. 49-56.
- BUZAID, Alfredo. *Do concurso de credores no processo de execução*. São Paulo: Saraiva, 1952.
- CAMPINHO, Sérgio. *Falência e recuperação de empresa: o novo regime da insolvência empresarial*. 5 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.
- CAMPOS FILHO, Moacyr Lobato de. *Falência e Recuperação*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
- CARDOSO, Vladimir Mucury. *Revisão contratual e lesão à luz do Código Civil de 2002 e da Constituição da República*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
- CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo: um comentário ‘a lei n. 9.307/96*. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2004.

- CARVALHOSA, Modesto. *Comentários à lei de sociedades anônimas*. São Paulo: Saraiva, 1997, v. 2.
- CASTELLO BRANCO, Adriano. *O conselho de administração nas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- CASTRO, Rodrigo R. Monteiro. *A Administração das sociedades anônimas em recuperação judicial*. In: CASTRO, Rodrigo R. Monteiro, ARAGÃO, Leandro Santos de (Coords.). *Direito Societário e a Nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas*. São Paulo: Quartier Latin, 2006. p. 187-215.
- CAVALLI, Cássio Machado. *Reflexões sobre empresa e economia: o conteúdo jurídico da empresa sob uma análise econômica do direito*. In: Revista de Direito Mercantil RDM 138. São Paulo: Malheiros.
- CENINI, Marta, LUPPI, Bárbara e PARISI, Francesco. *The comparative law and economics of frustration in contracts*. University of Minnesota Law School. Legal Studies Research Paper Series Research Paper n. 09-20. Disponível em <http://ssrn.com/abstract=1418035>
- CHAN HO, Look (general editor). *Cross-Border Insolvency – A commentary on the UNCITRAL Model Law*, Second Editon. London: Globe Business Publishing Ltd., 2009.
- COASE, Ronald H. *The Nature of The Firm*. 1937.
- COASE, Ronald H. *O problema do custo social*. (tradução de Francisco Kummel F. Alves e Renato Vieira Caovilla). In: SALAMA, Bruno Meyerhof (org.) *Direito e Economia: textos escolhidos*. São Paulo: Saraiva, 2010, pp. 59-112.
- COMPARATO, Fábio Konder. *Aspectos jurídicos da macro-empresa*. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1970.
- COMPARATO, Fábio Konder e SALOMÃO FILHO, Calixto. *O Poder de Controle na Sociedade Anônima*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2008.

- COOTER, Robert D; SCHAFER, Hans-Bernd; TIMM Luciano Benetti. *O problema da desconfiança recíproca*. In: The Latin American and Caribbean Journal of Legal Studies. Vol 1. Berkley Electronic Press, 2006.
- COSSIO, Francisco González de. *Contratos incompletos y solución de controversias*. Disponível em <http://escholarship.org/uc/item/6m79f43t.htm>, acessmo em julho de 2009.
- CRYSTAL, Nathan M. GIANNONI-CRYSTAL, Francesca. *Contract Enforceability During Economic Crisis: Legal Principles and Drafting Solutions*. Disponível em <http://www.bepress.com/cgi/viemcontent.cgi>, acesso em fevereiro de 2010.
- CUNHA, Rodrigo Ferraz Pimenta da. *Estrutura de Interesses nas Sociedades Anônimas – Hierarquia e Conflitos*. São Paulo: Quartier Latin, 2007.
- DAIUTO, Reynaldo Ribeiro. *Introdução ao estudo do contrato*. São Paulo: Atlas, 1995.
- DELOCHE, Régis. CHOPARD, Bertrand. *Entreprises em difficulté et règlement amiable Faut-il supprimer la possibilité de suspension proviso ire des pursuits?* Revue économique 2004-3 (vol. 55). Disponível em http://www.cairn.info?article_p.phd?ID_ARTICLE=RECO_553_0489
- DRAGO, Diogo. *O poder de informação dos sócios nas sociedades comerciais*. Coimbra: Almedina. 2010.
- DUARTE, Alexandre Uriel Ortega. *Aspectos administrativos, econômicos e contábeis da Lei de Recuperação de empresas e falência*. In: LUCCA, Newton de, DOMINGUES, Alessandra de Azevedo (coord.). *Direito Recuperacional. Aspectos teóricos e práticos*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.
- EUROFOUND. *The use of hardship clauses in the east german metalworking industry*. Disponível em <http://eurofound.eu/euro>, acesso em setembro de 2010.
- FARIA, S. Soares de. *Da concordata terminativa da fallencia*. São Paulo: Livraria Acadêmica. Saraiva & Cia Editores, 1928.

- FEITOSA, Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer. *O contrato como regulador e como produtor de riscos*. Disponível em <http://www.ccj.ufpb.br/primaface/prima/artigos/n6/ocontrato.pdf>
- FERNANDES, Jean Carlos. *Cessão Fiduciária de Títulos de Crédito. A posição do credor fiduciário na recuperação judicial da empresa*. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2009.
- FERREIRA, Waldemar Martins. *Instituições de Direito Comercial. Quinto Volume. A Falência*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos S.A, 1951.
- FIANI, Ronaldo. *Teoria dos Jogos: com aplicação em economia, administração e ciências sociais*. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- FONSECA, Arnaldo Medeiros da Fonseca. *Caso fortuito e teoria da imprevisão*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1958.
- FONSECA, Humberto Lucena Pereira da e KOHLER, Marcos Antonio. *A nova lei de falências e o instituto da recuperação extrajudicial*. In RDM 138, p. 84-101.
- FORGIONI, Paula A. *Teoria geral dos contratos empresariais*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2009.
- FRANÇA, Erasmo Valladão A. e N. *A assembléia-geral de credores na nova Lei Falimentar*. In RDM 138, p. 71-83.
- FRANÇA, Erasmo Valladão A. e N. *Da assembléia-geral de credores*. In: SOUZA JUNIOR, Francisco Satiro de; PITOMBO, Antonio Sérgio A. de Moraes (Coords.). *Comentários à lei de recuperação de empresas e falência. Lei 11.101/2005*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- FRANCO, Vera Helena de Mello; SZTAJN, Rachel. *Falência e recuperação da empresa em crise. Comparação com as Posições do Direito Europeu*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- FRANCO, Vera Helena de Mello. *Teoria Geral do Contrato. Confronto com o direito europeu futuro*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

- FRENTE PARLAMENTAR DA MICRO E PEQUENA EMPRESA. *Lei geral da micro e pequena empresa*. Disponível em <http://www.busca.sebrae.com.br>, acesso em 15 de janeiro de 2010.
- FRONTINI, Paulo Salvador. *A nova Lei de Falências e o Instituto da Recuperação Extrajudicial*. In RDM, n. 138, p. 84-101.
- FRONTINI, Paulo Salvador. *Do Estado de Falido: sua configuração – inovações da nova lei de recuperação e falencia. “Crise econômico-financeira – Impontualidade – Descumprimento de qualquer obrigação no curso do processo – Rejeição do plano de recuperação pela assembléia geral de credores: perguntas em aberto, aguardando respostas fechadas*. In RDM, n. 138, p. 7-24.
- GOMES, Orlando. *Contratos*. Atualização de Humberto Theodoro Junior, 18 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.
- GOMES, Orlando. *Contratos de adesão: condições gerais dos contratos*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1972
- GRAU, Eros Roberto. *Planejamento econômico e regra jurídica*. In Enciclopédia Saraiva de Direito, vol. 39. São Paulo: Saraiva, 1978.
- GHEMAWAT, Pankaj. *A estratégia e o cenário dos negócios*. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.
- HART, Oliver. *Different Approaches to Bankruptcy*. Nber Working Paper Series. Working Paper 7921. In <http://www.nber.org/papers/w7921>.
- HART, Oliver. DRAGO, Rafael La Porta, LOPES-DE-SILANES, Florencio, MOORE, John. *A New Bankruptcy procedure that uses multiple auctions*. Nber Working Paper Series. Working Paper 6278. In <http://www.nber.org/papers/w6278>
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, disponível em <http://www.ibgc.org.br/>, acesso em novembro de 2009.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR THE UNIFICATION OF PRIVATE LAW
(UNIDROIT). *UNIDROIT Principles of International Commercial Contracts*.

JOSUÁ, Adriana. *Aspectos Jurídicos, Funcionalidade, Análise Econômica e Teoria dos Jogos*. . In: Revista de Direito Mercantil RDM 131. p. 231-237.

KIRAT, Thierry. *L'allocation des risques dans les contrats: de l'économie des contrats incompletes. A la pratique des contrats administratifs*. Revue Internationale de Droit Économique. 2003.

LACERDA, José Cândido Sampaio de. *Manual de Direito Falimentar*. 13ª ed. – Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 1996.

LANCELOTTI, Renata Weingrill. *Governança corporativa na recuperação judicial: lei 11.101/2005*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

LAUTENSCHLEGER JÚNIOR, Nilson; *Os desafios propostos pela governança corporativa ao direito empresarial brasileiro. Ensaio de uma reflexão crítica e comparada*. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

LECUYER, Hervé. *El contrato: acto de previsión*. In Revista de Derecho Privado, n. 18. 2010. p. 37 a 56. Disponível em <http://portal.uexternado.edu.co>, acesso em dezembro de 2010.

LEITÃO, Luís Manuel Teles Menezes. *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado. Aprovado pelo Decreto-Lei n. 53/2004, de 18 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n. 200/2004, de 18 de agosto e pelo Decreto-Lei n. 76-A/2006, de 29 de Março*. 3 ed. Editora Almedina S.A. Coimbra, Portugal. 2006.

LEITÃO, Luís Manuel Teles Menezes. *Direito da Insolvência*. Editora Almedina S.A. Coimbra, Portugal. 2009.

LEWIS, Sandra Barbon. *A íntima relação entre o direito e economia*. RDM 138. p. 231-249.

LOBO, Jorge. *Direito Concursal*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1999.

- LOBO, Jorge. *Comentários à lei de recuperação de empresas e falência*. Paulo F.C. Salles de Toledo e Carlos Henrique Abrão (coords.) São Paulo: Saraiva, 2005.
- LOBO, Jorge. *Da assembléia geral de credores*. In: TOLEDO, Paulo F. C. Salles: ABRÃO, Carlos Henrique (coords.). *Comentários à lei de recuperação de empresas e falência*. 3ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.
- LOBO, Jorge. *O poder dos credores na recuperação judicial do devedor*. Jornal Gazeta Mercantil, São Paulo, 16 de fevereiro de 2009.
- LOCATELLI, Fernando. *International Trade and Insolvency Law: Is the Uncitral Model Law on Cross-Border insolvency na answer for Brazil? (An Economic Analysis of its benefits on international trade)*.
- LOPES, Teresa Ancona. *Princípios Contratuais*. In FERNANDES, Wanderley (coord.). *Fundamentos e Princípios dos Contratos Empresariais (Série GVlaw)*. São Paulo: Saraiva, 2007.
- LOPES, Miguel Maria de Serpa. *Curso de Direito Civil*. v. 3. Atualização de José Serpa Santa Maria. 4. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1991.
- LOPUCKI, Lynn M. *The Nature of the Bankruptcy Firm: A Reply to Baird and Rasmussen's The End of Bankruptcy*. Stanford Law Review, vol. 56, n. 3, 2003. Disponível em <http://ssrn.com/abstract=397780>
- MACEDO, Ricardo Ferreira de. *Controle não societário*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.
- MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto. *Contratos relacionais no direito brasileiro*. Disponível em <http://168.96.200.17/ar/libros/lasa97/portomacedo.pdf>, acesso em março de 2010.
- MACHADO, Rubens Approbato (Coord.). *Comentários à nova lei de falências e recuperação de empresas*. São Paulo: Quartier Latin, 2005.
- MACÍAS, Maria Isabel Candelario. *A vueltas sobre el derecho de información como herramienta gerencial y de supervisión social*. Disponível em <http://www.usergioarboletda.edu.com>, acesso em maio de 2011.

- MACÍAS, Maria Isabel Candelario. *Il piano: una nuova técnica giuridica per um nuovo diritto concursale? In Il diritto fallimentare e delle società commercial*, n. 6. Padova: Cedam. Ano LXXIV, nov-dez de 1999. p. 1149-1151.
- MACKAAY, Ejan. ROUSSEAU, Stéphane. *Analyse économique du droit*.
- MARTIN, Nathalie. *The role of history and culture in developiling bankruptcy and insolvency systemns: the perils of legal transplantation*. Boston College International and Comparative Law Review, 2005.
- MARTIN, Fernando Gomez. *La calificación del concurso enla nueva ley*. Disponível em <http://www.fgm.net/idb/publicaciones/ED-51-2.pdf>
- MARZIO, Fabrizio Di. *Abuso e lesion della libertà contrattuale nel finanziamento all'impresa insolvente*. Disponível em http://www.unisi.it/dl2/20091229133938129/DiMarzio_Finanziamento_impresa_in_solvente_2009_03_26.pdf, acesso em novembro de 2010.
- MELLÃO NETO, João. *Justificativa para o projeto 1190/2007 proposta na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo*. Jornal Diário do Comércio, p. 4. 21 de setembro de 2007, acesso em dezembro de 2009.
- MENDONÇA, José Xavier Carvalho de. *Direito Comercial Brasileiro. Da Falência e da Concordata Preventiva*. 4 ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freiras Bastos, 1947.
- MENEZES, Antonio Manuel da Rocha e. *Da boa-fé no direito civil*. V. II. Coimbra: Livraria Almedina. 1984. p. 1057-1251.
- MESSINEO, Francesco. *Manual de Derecho Civil y Comercial*. 1979
- MIRANDA, Pontes de. *Tratado de Direito Privado. Parte Especial*. Tomo 25. 3.ed. 1971.
- MIRANDA, Pontes de. *Tratado de Direito Privado*. Tomo 38. Campinas: Boksseller, 2005.
- MONTORO, Thereza Maria Sarfert Franco Montoro. *O contrato preliminar, o novo Código Civil e a análise econômica do Direito*. RDM n. 132. p. 151-155.

- MOREIRA, Alberto Camiña. *Poderes da Assembléia de Credores, do Juiz e Atividade do Ministério Público*. In: PAIVA, Luiz Fernando Valente de. *Direito Falimentar e a Nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas*, São Paulo, Quartier Latin, 2005.
- MOREIRA DA SILVA, Fernando César Nimer. *Is the decision between reorganization and liquidation efficient in Brazil? A game-theoretic approach*. In: II Research Workshop on “Institutions and Organizations, 2007.
- MUNHOZ, Eduardo Sechi. *Desafios do Direito Societário Brasileiro na disciplina da companhia aberta: Avaliação dos sistemas de controle diluído e concentrado*. In: CASTRO, Rodrigo R. Monteiro, ARAGÃO, Leandro Santos de (Coords.). *Direito Societário. Desafios Atuais*. São Paulo: Quartier Latin, 2009. p. 119-155.
- MUNHOZ, Eduardo Sechi. *Do procedimento de recuperação judicial*. In: SOUZA JUNIOR, Francisco Satiro de; PITOMBO, Antonio Sérgio A. de Moraes (coords.). *Comentários à lei de recuperação de empresas e falência. Lei 11.101/2005*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- NÚÑEZ-LAGOS, Alberto. *El convenio del concurso; contenido y procedimiento*. Disponível em <http://www.uria.com/documentos/publicaciones/1104/documento/03Alberto.pdf>, acesso em maio de 2010.
- NÚÑEZ-LAGOS, Alberto. ALONSO, Angel. *Reforma de la Ley Concursal 22/2003*. Disponível em <http://libros.revistas.derechos.ulex.es/uid>
- OLIVEIRA, Anísio José de. *A teoria da imprevisão nos contratos*. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Liv. Ed. Universitária de Direito, 2002.
- OLIVEIRA, Luiz Ernesto Aceturi de; NUNES, Marcelo Guedes. *Voto irregular e grupos de sociedades*. In: CASTRO, Rodrigo R. Monteiro; ARAGÃO, Leandro Santos de (coords.). *Reorganização societária*. São Paulo: Quartier Latin, 2005.
- PACHECO, José da Silva. *Processo de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência*. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

- PAIVA, Luiz Fernando Valente de. *Apresentação do plano de recuperação pelo devedor e a atuação dos credores*. In: Revista do Advogado. A nova lei de falências e de recuperação de empresas. Ano XXV, n. 83. São Paulo, 2005.
- PAIVA, Luiz Fernando Valente de (Coord). *Direito Falimentar e a nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas*. São Paulo: Quartier Latin, 2005.
- PENTEADO, Mauro Rodrigues. *Disposições Preliminares*. In: SOUZA JUNIOR, Francisco Satiro de; PITOMBO, Antonio Sérgio A. de Moraes (coords.). *Comentários à lei de recuperação de empresas e falência. Lei 11.101/2005*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- PENTEADO, Mauro Rodrigues. *Aumentos de Capital das Sociedades Anônimas*. São paulo: Saraiva, 1988.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil*. 10 ed. v. III, n. 186. Rio de Janeiro: Forense. 1997.
- PERIN JR., Ecio. *Preservação da empresa na lei de falências*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. *Direito, Economia e Mercados*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. Curso de *Law & Economics*. São Paulo: Campus. S.d. Disponível em <http://www.iadb.org/res/laresnetwork/files/pr251finaldraft.pdf> . Acesso em 20 de janeiro de 2011.
- PIMENTA, Eduardo Goulart. *Recuperação de empresas: um estudo sistematizado da nova lei de falências*. São Paulo: IOB Thomson, 2006.
- PITOMBO, Antonio Sérgio A. de Moraes (Coords.). *Comentários à lei de recuperação de empresas e falência. Lei 11.101/2005*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- POLINSKY, Mitchell. SHAVELL, Steven. *Danos Punitivos (punitive damages): Uma análise econômica*. (adaptação ao português e notas explicativas de Luciano Benetti Timm e Livia Moraes).

- PORTO, Antonio José Maristello. GOMES, Lucas Thevenard. *Análise econômica da função social dos contratos: críticas e aprofundamentos*. *Economics Analysis of Law Review*. EALR v. 1. 2010. P. 192-209.
- POSNER, Richard A. *Economic Analysis of Law*. 5ª ed. Nova Iorque: Aspen Law & Business, 1998.
- POSNER, Richard A. *Análise econômica do direito contratual após três décadas: sucesso ou fracasso?* (tradução e adaptação ao direito brasileiro, Luciano Benetti Timm, Cristiano Carvalho e Alexandre Viola), São Paulo: Saraiva, 2010.
- POSNER, Richard A. *Values and Consequences: An introduction to economic analysis of law*. The Law School The University of Chicago. Disponível em http://www.law.unchicago.edu/files/files/53.Posner.Values_0.pdf
- POTHIER, Robert Joseph. *Tratado das obrigações pessoais e recíprocas nos pactos, contractos, convenções, etc.* Tomo I. Tradução de José Homem Corrêa Telles. Rio de Janeiro: Garnier, 1906.
- PRADO, Viviane Muller. *Conflitos de Interesses nos Grupos Societários*. São Paulo: Quartier Latin, 2006.
- REALE, Miguel. *Função Social do Contrato*. Disponível em <http://www.miguelreale.com.br/artigos/funsoccont.htm>. Acesso em 30 de setembro de 2010.
- REALE, Miguel. *Visão geral do projeto de código civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais. v. 752. Jun-1998.
- REQUIÃO, Rubens. *Curso de Direito Falimentar. v. 1, Falência. 11 ed. - v. 2. Concordatas, crimes falimentares, intervenção e liquidação extrajudicial. 9 ed.* São Paulo: Saraiva, 1986.
- RESTIFFE, Paulo Sérgio. *Recuperação de empresas : de acordo com a lei 11.101, de 09-02-2005*. Barueri, SP: Manole, 2008.

- RINALDI, Carlo. *La Proporzione tra le prestazioni contrattuali*. Dottorato di Ricerca in Diritto Comune Patrimoniale XVIII Ciclo. Università Degli Studi Napoli Federico II. Facoltà di Giurisprudenza. Anno Accademico 2004-2005.
- RIVERA, Julio César. *El derecho concursal: una rama cuya legislación está en permanente cambio*. Disponível em <http://rivera.com.ar/es/assets/uploads/publicacions>
- RODRIGUES, Frederico Viana. *Reflexões sobre a viabilidade econômica da empresa no novo regime concursal brasileiro*. In RDM 138, p. 102-122.
- RODRIGUES, Vasco. *Análise econômica do direito. Uma introdução*. Coimbra: Almedina. 2007.
- RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil*. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 1988.
- ROPPO, Enzo. *O contrato*. Tradução de Ana Coimbra e M. Januário C. Gomes. Coimbra: Almedina. 2009.
- SACRAMONE, Marcelo Barbosa. *Dever do administrador de S/A de agir conforme o interesse social*. Revista de Direito Mercantil. v. 155/156. São Paulo: Editora Malheiros. 2010.
- SADDI, Jairo. *O Comitê de credores na nova lei de Falências*. In: Revista do Advogado. A nova lei de falências e de recuperação de empresas. Ano XXV, n. 83. São Paulo, 2005.
- SADDI, Jairo. *Recuperação de Empresas e Crise: É o fim do mundo?* In: Jornal Carta Forense, São Paulo, 04.05.2009.
- SALAMA, Bruno Meyerhof. *O que é pesquisa em Direito e Economia?*. Texto distribuído na disciplina Instituições de Direito e Economia.
- SALLES, Marcos Paulo de Almeida e JORGE JR. Alberto Gosson. *Aspectos das fusões, cisões e incorporações no âmbito da recuperação judicial*. In: WARDE JR., Walfrido Jorge (Coord.). Fusão, Cisão, Incorporação e Temas Correlatos. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

- SALOMÃO FILHO, Calixto. *Recuperação de empresas e interesse social*. In: SOUZA JUNIOR, Francisco Satiro de; PITOMBO, Antonio Sérgio A. de Moraes (Coords.). *Comentários à lei de recuperação de empresas e falência. Lei 11.101/2005*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- SALOMÃO FILHO, Calixto. *Função social do contrato: primeiras anotações*. RDM 132. p. 7-24.
- SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1999.
- SERPA LOPES, Miguel Maria de. *Curso de Direito Civil*. Atualização de José Serpa Santa Maria. 4. Ed. rev. E atual. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1991, v. 3.
- SEVERINI, F., *I problemi procedurali del concordato preventivo*, in DI MARZIO, Fabrizio, *Il nuovo diritto della crisi di impresa e del fallimento*, Turim, Itaedizioni, 2006.
- SECURATO, José Roberto. CARVALHINHO FILHO, José Carlos Lemos. ZYLBERSZTAJN, Décio. *Avaliação de contratos incompletos de longo prazo sobre ativos específicos – caso: Indústria de Gás Natural Brasileira*. Disponível em www.ead.fea.usp.br/wpapers.
- SIERRA, Eduardo Trigo. GINÉS, Ariadna Cambronero. *Aspectos procesales e internacionales de la ley concursal*. Disponível em <http://www.uria.com/documentos/publicaciones/1155/documento/04Eduardo.pdf?ID=2021>.
- SOUZA JR., Francisco Satiro de. *Comentários à Lei de recuperação de empresas e falência: Lei 11.101/2005*. Francisco Satiro de Souza Junior, Antonio Sérgio A. de Moraes Pitombo (coords.). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.
- STIGLER, George J. *Law or Economics*. Disponível em <http://links.jstor.org>, acesso em setembro de 2009.
- SZTAJN, Rachel. *Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência*. Paulo F.C. Salles de Toledo, Carlos Henrique Abrão (coords.). São Paulo: Saraiva, 2005.

- SZTAJN, Rachel. _____. *Notas sobre as assembléias de credores na Nova Lei de Recuperação de Empresas*. In RDM, n. 138, p. 53-70.
- SZTAJN, Rachel. *Teoria Jurídica da Empresa. Atividade Empresária e Mercados*. São Paulo: Editora Atlas, 2004.
- SZTAJN, Rachel. *Externalidades e custos de transação: A redistribuição de direitos no novo código civil*. In: Revista de Direito Privado 22.
- SZTAJN, Rachel. VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. *A incompletude do contrato de sociedade*. In RDM, n. 131, p. 7-20.
- TABB, Charles Jordan, *The Law of Bankruptcy*, Nova Iorque, Foundation, 1997.
- TEPPEDINO, Gustavo. *Os novos contratos no novo código civil*. Revista da EMERJ – Especial EMERJ Debate o novo código civil, parte I, fevereiro a junho/2002. P. 181-183.
- THEODORO JR., Humberto. *O contrato social e sua função*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- THEODORO NETO, Humberto. *Efeitos externos do contrato: direitos e obrigações na relação entre contratantes e terceiros*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- TIMM, Luciano Benetti. *Função Social do Direito Contratual no Código Civil Brasileiro: Justiça Distributiva VS. Eficiência Econômica*. In RDM n. 876, 2008, p. 11-43.
- TIMM, Luciano Benetti. COOTER, Robert D. SCHAFER, Hans-Bernd. *O problema da desconfiança recíproca*. The Latin American and Caribbean Journal of Legal Studies. Vol. 1, 2006, artigo 8.
- TIMM, Luciano Benetti. *A manutenção da relação contratual empresarial de longa duração: o caso da hardship*. Disponível em www.cmted.com.br/restrito/upload/artigos/37.pdf, acesso em fevereiro de 2011.
- TOLEDO, Paulo F. C. Salles: ABRÃO, Carlos Henrique (Coords.). *Comentários à lei de recuperação de empresas e falência*. 3ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

- TOLEDO, Paulo F. C. Salles. A empresa em crise no direito francês e americano. Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. 1987.
- TULLOCK, Gordon; SELDON Arthur; BRADY Gordon L. *Falhas do Governo. Uma introdução à teoria da escolha pública*. (tradução de Roberto Fendt). Instituto Liberal. 2005.
- YAZBEK, Otavio. *Regulação do Mercado Financeiro e de Capitais*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008
- VASCONCELOS, Ronaldo. *Nova Disciplina jurídica das empresas em crise – Análise do direito falimentar e de recuperação de empresas à luz do movimento de “Law & Economics”*. In: PEREIRA, Guilherme Teixeira. *Direito Societário e Empresarial – Reflexões Jurídicas*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.
- VALOR ECONÔMICO. *Justiça amplia prazo de blindagem de companhias em recuperação*. Caderno Legislação e Tributos. 13 de junho de 2011.
- VALVERDE, Trajano de Miranda. *Comentários à lei de falências: (Decreto-Lei n. 7.661, de 21 de junho de 1945)*. 4ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Ed. Revista Forense, 1999, vls. I, II e III.
- VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. *Curso de Direito Comercial 4. Tomo I – Fundamentos da Teoria Geral dos Contratos*. Sztajn, Rachel. *Direito e Economia dos Contratos. Os conceitos fundamentais*. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.
- VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. *A função social dos contratos empresariais e o judiciário*. Disponível em www.migalhas.com.br, acesso em 25 de novembro de 2011.
- VILARREAL, Martha Lucia Neme. *Buena fe subjetiva y buena fe objetiva. Equívocos a los que conduce la falta de claridad en la distinción de tales conceptos*. Disponível em <http://ssrn.com/abstract=1538334>, acesso em março de 2010.
- WALD, Arnald. *O interesse social no direito privado*. Revista do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. v. 77. 2006. p. 129-148.

ZYLBERSZTAJN, Decio; SZTAJN, Rachel (org.). *Direito e Economia. Análise econômica do Direito e das Organizações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ZYWICKI, Todd. *The past, present, and future of bankruptcy Law in America*.